

# ASPECTOS HISTÓRICOS E DETERMINANTES PARA A AUSÊNCIA DOS NEGROS NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO DA ATUALIDADE

SANTANA, Paulo Emílio de Assis<sup>1</sup> - UEL  
prpauloemilio@hotmail.com

SANTOS, Silvia Alves dos<sup>2</sup> - UEL  
sasillyn@yahoo.com.br

Área Temática: Educação: Diversidade e Inclusão  
Agência Financiadora: Mestrado em Educação Universidade Estadual de Londrina

## Resumo

Análise dos aspectos históricos e teóricos decisivos para a criação de estratégias de marginalização da população negra do ambiente produtivo da sociedade brasileira. Nesse sentido o artigo discute três teorias legitimadoras sobre a origem das desigualdades entre os seres humanos. A primeira delas é a teoria de Rousseau conhecida como a teoria do bom selvagem, que diz que essencialmente os seres humanos são bons e já nascem perfeitos em sua humanidade, mas que se corrompem na medida em que entram em relacionamento com os outros. A segunda teoria diz respeito à tese de Buffon que defende a desigualdade essencial entre os seres humanos. Estes, segundo Buffon, já nascem maus em essência e desiguais por natureza. A terceira teoria abordada pelo artigo remete-se à questão do evolucionismo das espécies, teoria utilizada para legitimar as diferenças primeiro entre os animais e depois, entre os seres humanos. Os autores abordam também a questão histórica do processo de escravidão no Brasil e o caráter ideológico da abolição. Discute também o processo excludente vivido pelos negros após o processo de abolição, chegando à questão da ausência destes no ambiente universitário. Ao final propõe alternativas estratégicas de luta em favor dos negros para que estes deixem a situação de distanciamento do ambiente universitário. Assim, as ações afirmativas de cunho neoliberal, como sistema de cotas ou Prouni, apesar de não serem as estratégias mais corretas para debelar tal processo de desigualdade social que foi historicamente construído, são maneiras de oportunizar aos cidadãos oriundos das camadas mais desfavorecidas, negros em sua maioria, a capacidade para participar de um mercado produtivo que, a cada dia que passa, exige níveis de formação acadêmica cada vez mais seletivos do trabalhador.

**Palavras-chaves:** Desigualdade; Negros; História; Educação Universitária.

## Introdução

Uma das marcas centrais da formação social brasileira sem dúvida nenhuma é a questão da marginalidade. No sentido sociológico do termo, a palavra marginalidade

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação – Universidade Estadual de Londrina.

<sup>2</sup> Mestre em Educação – Universidade Estadual de Londrina.

caracteriza-se como uma construção histórica demonstrada pelas relações de poder estabelecidas ao longo de todo o processo de formação das estruturas sociais do Brasil. Nessa perspectiva, marginais são aqueles que vivem na periferia da sociedade produtiva. Em outras palavras, aqueles que não tiveram historicamente e, atualmente continuam a não ter, o acesso aos produtos essenciais que a sociedade capitalista tem gerado.

A partir de fatos históricos, sabemos que o processo de marginalização social vivenciado por muitos indivíduos na sociedade brasileira até aos dias de hoje, tem um dos seus pontos de partida na situação experimentada por um grande contingente da população negra após a abolição da escravatura em 1888. Forçados a viver à margem do processo produtivo nos quilombos e esconderijos do interior do país, aos negros era proibido o acesso aos benefícios da cidade, em virtude do trabalho burocrático e especializado que se realizava ali, bem como da nova cultura cafeeira, trabalho este realizado pela nova mão de obra européia que chegara ao país naquele período.

É partindo desse contexto histórico que se inserem as idéias presentes neste artigo, já que o fenômeno da ausência dos negros no ambiente universitário nos dias atuais constitui-se em uma das graves consequências do processo de marginalização sofrido pela população negra. A ausência da universidade não é só não ter acesso a conteúdos essenciais à vida produtiva. Mais do que isso, a ausência referida demonstra como as relações de poder estão estabelecidas na sociedade. O processo de dualização marcante das sociedades neoliberais, fundadas na desigualdade, permanece intocável quando a população negra não consegue ter oportunidades iguais no ambiente acadêmico.

Assim, as ações afirmativas de cunho neoliberal, como sistema de cotas ou Prouni, apesar de não serem as estratégias mais corretas para debelar tal processo de desigualdade social, podem ser consideradas como maneiras pálidas de oportunizar aos cidadãos oriundos das camadas mais desfavorecidas, negros em sua maioria, a condição de participar de um mercado produtivo que, a cada dia que passa, exige níveis de formação acadêmica cada vez mais altos dos trabalhadores,

Dessa forma, apresentaremos a seguir algumas das idéias filosóficas e sociais que, a partir do século XVIII se digladiavam com relação à origem da desigualdade entre os seres humanos. Tais concepções se transformaram em paradigmas explicativos e legitimadores para a inferioridade social dos negros em relação aos brancos no contexto brasileiro, produzindo assim, a desigualdade racial e educacional hoje vivenciada no ambiente universitário.

## Rousseau e a teoria da origem das desigualdades entre os seres humanos

Segundo Rousseau (1712-1778), o homem natural é bom, e no isolamento é igual a todo homem. É a partir do momento que resolve viver em sociedade que as desigualdades aparecem. Rousseau demonstra uma distinção das duas desigualdades existentes: a desigualdade natural (sexo, idade, força, etc.) não é o objetivo dos estudos dele, pois como o próprio nome já afirma, esta desigualdade tem uma origem natural e não foi ela que submeteu um homem a outro. A origem da desigualdade moral ou política é o que interessa para ele.

Como pressuposto essencial da sua formulação filosófica, os seres humanos eram em essência iguais e naturalmente bons. É a partir dessa perspectiva que cria a tese do bom selvagem, pois ao olhar para as sociedades primitivas indígenas, via neles uma bondade natural e intrínseca, totalmente diferente do estilo de vida europeu. Para ele o processo de corrupção social só era estabelecido quando este ser primitivo (*primeiro*) entrasse em contato com a sociedade corrompida da Europa. Defenderá como princípio fundamental da sua teoria “que o bom selvagem será moralmente neutro” (SCHWARCZ, 1993, p. 44), e por isso, destituído dos vícios presentes na civilização da sua época.

Nessa concepção de homem, a humanidade não será desigual a partir de sua origem, mas una, única em essência, permeada de uma bondade inerente e igualitária. Ao relacionar esse pensamento rousseauiano à proposta vitoriosa da Revolução Francesa, Schwarcz diz,

Herdeira de uma tradição humanista, a reflexão sobre a diversidade se torna, portanto, central quando, no século XVIII, a partir dos legados da Revolução Francesa e dos ensinamentos da ilustração, estabelecem-se as bases filosóficas para se pensar a humanidade enquanto totalidade. Pressupor a igualdade e a liberdade como naturais levava à determinação da unidade do gênero humano e a certa universalização da igualdade entendida como um modelo imposto pela natureza. Dessa forma afirmavam os iluministas: afinal os homens nascem iguais, apenas sem uma definição completa da natureza. (SCHWARCZ, 1993, p. 45).

A desigualdade será fruto, portanto, conforme Rousseau do contato dos seres humanos com a civilização desenvolvida. Pelo desejo de sempre se aperfeiçoar, os seres humanos encontrarão as suas diferenças, que serão em essência geradoras das futuras desigualdades mais diversas. A desigualdade em Rousseau é entendida como fruto das relações sociais que os homens passam a travar entre si, no processo de desenvolvimento da própria sociedade. As disputas pessoais e coletivas pelo domínio do outro ou daquilo que o outro possui, deixarão

evidentes as suas diferenças e dificuldades para a manutenção da cordialidade quanto à convivência relacional.

Portanto, enfatizamos que a concepção de Rousseau sobre a origem da desigualdade entre os homens será a capacidade que estes terão de se aperfeiçoar a partir das relações sociais, políticas e econômicas que terão entre si. A bondade original da natureza humana será corrompida com a evolução, fazendo com que o processo de desigualdade seja inevitável, e portanto, opressor.

No que diz respeito à temática deste artigo, os processos de desigualdade racial e social vivenciados no Brasil, foram consolidados a partir das relações sociais de dominação bélica e econômica que as populações européias impuseram sobre as comunidades indígenas, no início, e depois, materializadas por mais de trezentos anos sobre as tribos do continente africano. Nesse sentido, cumpriu-se a expectativa teórica de Rousseau: a desigualdade social nasce das relações sociais que os homens travam entre si.

### ***Buffon e a desigualdade entre os seres humanos desde a origem.***

Buffon (1707-1778) na sua coletânea “HISTÓRIA NATURAL GERAL E PARTICULAR”, apresenta o trabalho mais significativo sobre a questão racial para a comunidade científica do seu tempo. Trata-se de uma síntese de relatos de viagens, feitas entre os séculos XVII e XVIII, exercendo forte influência na literatura e nos trabalhos científicos, da época. Neles Buffon, sustentava a existência natural da diferença da origem do homem e dos animais, afirmando que os animais são destituídos de razão e de palavra, sendo por isso distinguidos dos homens.

Entretanto, para o autor, embora havendo essa distinção, os homens, também no interior da sua unidade, obedeciam a níveis de hierarquização. A racionalidade e a sociabilidade possuem componentes como “civilização”, “polidez” “barbárie” e “selvageria”. Esses elementos variam da base ao cume da hierarquização. No cume se encontram as nações da Europa Setentrional, logo abaixo os outros europeus depois vêm as populações da Ásia e da África, e, na parte mais baixa da escala, os selvagens americanos.

Dessa forma, negritude, rigor de clima e inexistência de civilização estão amalgamados. Físico e moral estão intimamente ligados. A estética também na teoria de Buffon apresenta-se etnocêntrica. A constatação das diferenças culturais, no espaço e no tempo, não nos torna possível afirmar que os homens, por esse critério, são superiores ou

inferiores uns em relação aos outros. Foi a utilização desses critérios que fundamentou a exploração através da colonização (século XIX) das nações ditas racialmente inferiores.

***Darwin e a seleção natural: das diferenças entre os animais para as desigualdades entre os seres humanos.***

Charles Darwin (1809-1882) publicou sua obra “A ORIGEM DAS ESPÉCIES” em 1859. Nela descrevia a luta pela vida que se exerce incessantemente na natureza, pois os animais devem não só enfrentar os seus rivais, mas enfrentar intempéries, o calor, a seca etc, para assim demonstrarem que são aptos para continuarem a viver. A natureza seleciona novas espécies escolhendo os mais capazes à sobrevivência. Os que conseguem se adaptar sobreviverão e se multiplicarão, os outros, simplesmente desaparecerão com o passar do tempo.

O conceito darwiniano da luta pela sobrevivência do mais apto favoreceu a formulação da teorias racistas do século dezenove, embora este não tivesse tal preocupação. A teoria da evolução, tal como foi formulada por Darwin, exerceu uma influência muito grande sobre a ideologia racista, que começava a se definir de forma cada vez mais precisa nas sociedades daquela época. Os homens brancos europeus acolheram com entusiasmo o darwinismo, que predicando a sobrevivência do mais apto, vinha legitimar e confirmar em termos científicos, a política de expansão e agressão, às expensas de povos “inferiores”. À época em que as nações poderosas constituam o seu império colonial, essa tese vinha justificá-las tanto aos seus próprios olhos quanto aos do resto da humanidade que grupos humanos “inferiores” estivessem reduzidos à escravidão ou caíssem sob as balas das metralhadoras e dos fuzis europeus vinha simplesmente confirmar a teoria segundo a qual um grupo humano inferior é substituído por outro grupo que é superior a ele.

No plano da política internacional, o racismo desculpa a agressão, porque o agressor não está sujeito a nenhuma consideração sobre os estrangeiros que, pertencentes a “raças inferiores”, devem ser colocados mais ou menos no mesmo nível que as bestas. A idéia segundo a qual, biológica e cientificamente, o mais forte tem direito de subjugar o mais fraco encontra a sua aplicação não só nas rivalidades entre nações, mas também, além disso, nas que surgem no interior do país.

## **A questão histórica da escravidão e suas conseqüências.**

Não poderemos compreender o processo de desigualdade social presente nos dias de hoje sem nos remetermos a um dos períodos mais catastróficos da formação social brasileira. A constituição do Brasil como país passa pela pelo sistema de produção escravocrata, e por isso revela-se como um sistema de natureza excludente e segregador de oportunidades aos negros com conseqüências até aos dias de hoje.

A história do negro no Brasil tem se ocupado do que está documentado, e a documentação existente se refere à vida da camada dominante e é escrita por ela. No decorrer da história brasileira pode-se perceber antes da escravidão, que os colonizadores tentaram aproveitar-se da mão-de-obra dos índios, mas com o predomínio do escravo negro em todas as áreas da economia, alguns autores passaram a elaborar pseudo-explicações para essa preferência.

Esses autores, de maneira claramente racista, analisam as características físicas e culturais do índio para concluir que havia uma pretensa superioridade do negro e uma suposta indisposição cultural do índio para o trabalho na lavoura. As verdadeiras razões para a utilização da mão-de-obra negra africana devem ser buscadas nas estruturas e práticas do mercantilismo português no início da colonização. Os portugueses, a partir do momento que começaram a expandir seus domínios pela costa africana no século XV, iniciaram o tráfico dos negros como escravos, pois isso se mostrava uma atividade bastante lucrativa.

Em termos técnicos, a escravidão pode ser considerada como um regime social de sujeição do ser humano ao seu semelhante na utilização de sua força de trabalho, explorada para fins econômicos, como propriedade privada. Ser escravo, portanto, é ser um objeto de propriedade de outro, é não ser dono de si mesmo, é não ser livre. A própria definição já mostra que a escravidão é uma violência. Adjetivá-la como mais ou menos amena é procurar esconder suas evidências e conseqüências danosas para o desenvolvimento dos seres humanos.

Na mentalidade do escravocrata e colonialista, a escravidão se justificava pelo fato dos índios inicialmente, e os negros posteriormente pertencerem a raças inferiores, possuíam costumes primitivos e por isso precisavam ser civilizados. As alegações quanto aos negros eram de que eles também já praticavam a escravidão na África, e por isso em nada alteraria sua “condição natural”. Os costumes diferentes dos africanos determinavam a inferioridade deles em relação à cultura européia, e por isso, a subjugação se justificava.

### *A realidade da escravidão, ideologia e resistência.*

Segundo os registros de Valente,

Os açoites, os grillhões, a violência sexual e a atribuição de qualidades negativas aos negros faziam parte de um conjunto de instrumentos e “técnicas” de tortura e castigo para domar e subjugar os escravos. E mais do que a subjugação física, o castigo era importante para fazer com que o escravo introjetasse uma idéia negativa de si mesmo e de sua raça. Essa incorporação de idéias negativas pelos escravos levou alguns autores a interpretarem o comportamento deles como passivo. (VALENTE, 1988, p.11).

A rebeldia dos escravos e a documentação desses atos de rebeldia colocavam em cheque a tese e a estrutura ideológica que justificavam a escravidão: o negro era arrancado de suas terras em seu próprio “benefício” para ser integrado a “civilização” e abandonar os “maus costumes” e “más qualidades”, o que explicava a carga de trabalho e os castigos corporais, a penitência para seus “pecados”.

Durante o dia trabalhavam duro na lavoura, o trabalho já era conhecido por muitos deles, pois, muitos grupos eram agrícolas na África. Outros se dedicavam aos trabalhos em bronze, cobre, ouro e madeira; outros ainda eram tecelões, ferreiros e criavam animais de subsistência. Isso explica porque os negros são considerados a base da colonização do Brasil. Sem eles não existiria o Brasil. Eram os escravos que fabricavam os móveis e utensílios da Casa Grande; os tecidos mais grosseiros eram confeccionados por eles e mais tarde, no ciclo do ouro, o braço escravo foi amplamente utilizado como minerador e ourives.

Apesar de conhecerem bem as tarefas para as quais eram designados, os escravos desenvolviam o trabalho sobre chicote. O castigo era fundamental para manter e legitimar a estrutura colonial. Os castigos, as péssimas condições de higiene nas senzalas e a má alimentação oferecida pelos senhores reduziam o tempo de vida dos escravos.

A procriação entre os negros estimulada pelos senhores com o objetivo de aumentar o número de escravos de “maneira natural”, não teve bons resultados. Embora existissem negros que eram utilizados unicamente como reprodutores, tendo por trabalho fecundar as negras, havia o problema de desproporção numérica entre homens e mulheres escravas, estas últimas, em menor quantidade. Isso implicava que uma só mulher negra podia ter relações sexuais com vários parceiros.

### **Situação social dos negros pós-abolição.**

A partir do processo de abolição, a sociedade brasileira passa a possuir um grande número de desocupados, que distanciados do ambiente da produção econômica das cidades e das novas fazendas de café, agora dominadas pelos europeus, vive além do processo produtivo. Os negros passam a sobreviver à margem da vida social comum da sociedade.

As questões que se colocavam na escravidão não são as mesmas que se colocam hoje. Durante a escravidão, o negro era coisa, mercadoria; era considerado não-humano e não tinha com quem competir nessa situação. O preconceito e a discriminação raciais passaram a ser exercidos com a presença dos imigrantes, isto é, numa situação de competição. Quando se pretendia utilizar trabalhadores livres, os negros passaram a disputar emprego com os brancos. Porque não utilizar o negro, já que se tornará livre?

A linha de cor passou a se confundir com a linha de posição social, de classe. Em outras palavras, a maioria dos negros passou a ocupar as mais baixas posições na sociedade. Hoje, a maioria dos negros é pobre. É verdade que existem brancos nas mesmas condições, porém, a “classe privilegiada” é constituída por brancos. Por isso, dizer que o Brasil o que existe é preconceito de classe e não racial (de cor) é outra tentativa de mascarar a questão.

Supondo-os sem direito àquela, dava-se o primeiro passo para sua marginalização e desfavorecimento. Os negros que viviam na cidade encontravam-se agora perambulando pelas ruas como mendigos e começaram a habitar cortiços que deram origem a favelas, fato que pode ser observado claramente na cidade do Rio de Janeiro. Os que viviam no campo emigraram para as cidades causando uma das grandes manifestações de êxodo rural em nosso país.

Durante muito tempo, os negros não conseguiram acesso a profissões ou ocupações, mesmo aquelas das quais foram desalojados, principalmente devido a chegada de imigrantes europeus que passaram a substituir o homem negro primeiramente nas lavouras de café. Os serviços mais modestos, que exigiam especialização mínima, e eram mal remunerados representavam normalmente as oportunidades mais amplas do negro no mercado de trabalho.

Os negros e os mulatos ficaram à margem ou se viram excluídos da prosperidade geral, bem como de seus proventos políticos, porque não tinham condições para entrar nesse jogo e sustentar as suas regras. Ao que parece neles se encontram as “fontes de inércia” que neutralizaram ou retardaram o empenho de classificação e de ascensão sociais da gente negra (FERNANDES, 1978, p. 99,).



Essa situação se refletiu tanto no nível econômico dos negros quanto levou a um processo de marginalização social, uma vez que implicou na acumulação de riquezas e na elevação do nível da vida. O escravo passa de meio de produção para assalariado, porém não participa da elevação social no mesmo nível que os senhores brancos. A reprodução da deterioração do nível de vida do negro dá-se então a partir daí, sendo ele impedido de exercer plenamente as atividades de trabalhador livre, uma vez que não tem fácil acesso ao mercado de trabalho e à participação política. Sendo assim o negro passa a sofrer com o processo de exclusão.

### **A questão dos negros em relação à educação universitária**

A partir dos fundamentos estabelecidos acima, temos os argumentos necessários para uma abordagem sólida sobre a situação dos negros quanto à questão universitária. A ausência do negro nos estudos de nível universitário não é uma questão simplista e de argumentos aligeirados como querem alguns, trata-se de uma contradição real de uma determinada etapa do desenvolvimento do capitalismo europeu. Nesse contexto, é que podemos compreender uma das conseqüências hodiernas quanto à raça negra, no caso em questão a ausência da população negra no ambiente universitário.

Cumprir destacar que durante muito tempo essa questão não foi abordada na sociedade brasileira, transformando em uma normalidade positivista e, conseqüentemente aceita sem maiores conflitos. Os mecanismos de luta não foram estabelecidos logicamente, em virtude do fato de que a luta entre os detentores do conhecimento e do poder, na sua maioria de raça branca, contra a classe dominada negra, era invariavelmente omitida, escondida atrás do denso véu da ideologia, invertendo a realidade e mascarando as verdadeiras contradições políticas do sistema produtivo capitalista no Brasil.

Entretanto, chegamos a um tempo da nossa formação social que as questões estão sendo discutidas de maneira aberta e confrontadora. O processo de conscientização quanto à ausência do negro na universidade tem sido motivo de debates e questionamentos sérios e intrigantes. São questões que precisam ser respondidas, já que para participar do mercado de trabalho de maneira digna em nosso país, o indivíduo, seja ele negro, mestiço ou branco, necessita de uma formação universitária reconhecida pelos órgãos educacionais do país. Entendemos que dessa forma, a questão na atualidade não se resume apenas à população negra, mas a todos que de uma maneira ou de outra são desfavorecidos socialmente.

Contudo, a questão da ausência do negro nos círculos universitários, constitui-se como marca central e desigual da educação na sociedade brasileira. É nessa perspectiva que a constatação de Costa torna-se relevante para este trabalho. Afirma ela,

Os jovens negros, para titularem-se, têm de recorrer à rede particular de ensino superior, obtendo diplomas desvalorizados no mercado de trabalho, que acentua ainda mais a discriminação racial de que são vítimas. Foram justamente os negros os primeiros a denunciarem, como discriminação, o relativo fechamento das universidades públicas brasileiras aos filhos das famílias mais pobres, que, na concorrência pela melhor formação em escolas de 1º e 2º graus, eram vencidas pelas classes média e alta. (COSTA, 1983, p.290).

A discriminação racial, dessa forma, torna-se mais aguda na área educacional, o que acaba prejudicando o desenvolvimento acadêmico e a especialização da população negra, o que culmina com a dificuldade de sucesso na escola e ao acesso às posições melhor remuneradas do mercado de trabalho, gerando um círculo vicioso de pobreza, fracasso escolar e marginalização social. Aos negros com mesmo nível educacional que os brancos não se garante a mesma remuneração ou as mesmas atividades, implicando em dificuldades de mobilidade social.

Podemos perceber que muitos brancos têm uma grande distância em relação aos negros em alguns fatores sociais, principalmente na educação e na área do mercado de trabalho como destacamos acima, já que cerca de 60% dos negros, estão na faixa de analfabetismo. De acordo com a pesquisa realizada pela FASE (Federação para Assistência Social e educacional de São Paulo), a possibilidade de um negro ingressar na universidade é de 18%, enquanto esta possibilidade para os brancos é de 43%.

Apesar de a população negra representar uma parcela bem maior dentro da sociedade brasileira (somando-se pardos e pretos), a quantidade proporcional de brancos que chega ao nível de mestrado ou doutorado é três vezes maior que a de negros. Além disso, seu percentual representa o menor índice do quadro, excetuando-se os indígenas que representam uma parcela ínfima da população.

### **Considerações Finais**

Gostaríamos de finalizar este breve artigo sobre uma questão tão crítica deixando as portas abertas para futuras análises que podem dar seguimento aos aspectos básicos discutidos

aqui.. Entendemos que os mesmos são aspectos fundamentais para compreendermos a problemática do negro na atualidade com relação à sua ausência na universidade.

Tentar resolver a situação a partir de estratégias compensatórias tem sido a saída de muitos governos no atual contexto político. Os programas compensatórios quanto ao assunto (sistema de cotas para negros e PROUNI – Programa Universidade para Todos), demonstram suas limitações históricas e políticas, já que não se estabelecem mudanças radicais quanto ao atual sistema de educação universitária de orientação neoliberal, que privilegia mais os que podem pagar para tê-la do que aqueles que não podem.

Evidencia-se dessa maneira, uma grave crise estrutural no sistema de ensino que deixa de lado uma grande parte de brasileiros negros e pobres, marginalizados pelo fato de não terem como participar condignamente do processo produtivo. Assim, por não concordar com os programas anti-pobreza na área educacional, estabelecidos pelos governos de orientação neoliberal, nestes últimos quatorze anos, gostaríamos de apresentar algumas estratégias políticas de luta contra as forças dominantes que insistem em deixar grande parcela da população negra, fora da educação universitária.

A primeira estratégia de luta tem a ver com *um processo de auto-conscientização que a comunidade negra precisa ter das opressões violentas sofridas por ela no seio da sociedade capitalista*. Nenhuma prática substitui a ação conscientizadora que passa pelo desvelamento das estratégias ideológicas da classe dominante. Estamos nos referindo ao processo de conscientização política da luta de classes que está embutida na ausência dos negros do ambiente universitário. Conscientizar-se da luta, já é um passo rumo às transformações sociais.

Esse processo não acontece por geração espontânea ou por osmose intelectual. A conscientização política só acontece no momento em que os homens se dispõem a aprender uns com os outros. É na verdade, um processo educativo. Nesse mesmo diapasão, Freire afirma que os homens só se libertam através da comunhão que travam entre si, pois ninguém se liberta sozinho (FREIRE, 2006, p. 58).

Nessa direção, a participação dos educadores como intelectuais, revela-se fundamental para estabelecer novos caminhos de luta para os negros em direção aos bancos das universidades. Os educadores, mais do que transmissores conteudistas devem se ver como agentes intelectuais de conscientização política, para então contribuírem na educação política da população negra.

A segunda estratégia no sentido de viabilizar a presença dos negros no ambiente universitário diz respeito ao fato de pressionar o governo no *estabelecimento de uma política pública de investimento no surgimento de vários cursinhos pré-vestibulares gratuitos para as classes sociais menos favorecidas que vivem nas periferias das grandes cidades do Brasil*. Algumas experiências já estão funcionando em vários lugares do país demonstrando que algo pode ser feito para igualar as oportunidades de ascensão social dos jovens pobres, e na sua maioria negra, que desejam estudar.

Entretanto, para que uma nova ordem cultural seja estabelecida em uma sociedade tão desigual como a brasileira algo mais consistente precisa ser feito. Temos a convicção que o desenvolvimento de uma política educacional de investimento financeiro nesse tipo de educação possibilitaria o ingresso de um maior número de pessoas das classes subalternas na universidade pública e gratuita. Ao estabelecer esse tipo de ação política, o Estado fará do concurso vestibular uma avaliação mais igualitária, universalizando as oportunidades para que todos os cidadãos e cidadãs tenham acesso, pelo menos em tese, à universidade pública e gratuita.

Estamos diante de uma luta essencialmente política, que passa pelo estabelecimento de governos realmente progressistas e que desejem transformar o que está posto pelo sistema dominante vigente. A transformação das estruturas sociais passa pela ação concreta de homens e mulheres comprometidos com a emancipação do ser humano em todas as suas instâncias.

## REFERÊNCIAS

COSTA, Teresa Cristina N. A. **O lugar do negro na força de trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**, 3ª ed. São Paulo, Ática, 1978.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 43ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

SCHWARCZ, L.M. **Espetáculo das Raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VALENTE, Ana Lúcia, E. F. **Ser negro no Brasil hoje**, 3ª ed. São Paulo: Moderna, 1988.